

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 11.637.090/0001-42

Análise de Riscos Ltda. Em 25 de fevereiro de 2019 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações com o comprador. A transferência das ações ocorrerá após aprovação pelo BNDES. (iii) **Reservas de lucros** - Constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 foi constituído o montante de R\$ 488.839 a título de reserva legal. Companhia constituiu a reserva estatutária de retenção de lucros no montante de R\$ 6.965.592 com o lucro acumulado do exercício, após as destinações legais. De acordo com o estatuto social da Companhia, a proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício é levada à aprovação pela Assembleia Geral. (iv) **Distribuição de dividendos** - O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme art. 33 do Estatuto Social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018 foi constituído o montante de R\$ 2.521.984 a título de dividendos obrigatórios, que está registrado na rubrica de "dividendos a pagar". Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	9.776.775	16.649.422
Prejuízos acumulados no início do exercício	-	(15.386.999)
Base de cálculo para reserva legal	9.776.775	1.262.423
(+) Reserva legal (5%)	488.839	63.121
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	9.287.936	1.199.302
Dividendos propostos (25%)	2.321.984	299.826

Em 15 de março de 2018 foi aprovado, por unanimidade pelos acionistas, a distribuição de R\$ 299.826 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 899.476 como dividendos complementares oriundos da reserva estatutária, constituídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pagos em 16 de março de 2018 e 2 de julho de 2018.

15. RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS - As receitas líquidas de vendas da Companhia são decorrentes de entrega de energia no mercado ativo mantido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e estão assim representadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Receita de fornecimento de energia	48.912.539	58.767.997
(-) Impostos sobre venda de energia	(360.079)	(381.961)
PIS	(1.200.363)	(1.762.898)
COFINS	(47.452.097)	(56.623.138)
Receita líquida	47.452.097	56.623.138

16. GASTOS POR NATUREZA

	2018	2017
Custos de energia comercializada	(16.918.191)	(19.057.315)
Depreciação	(10.106.382)	(10.123.420)
Despesas com pessoal	(516.138)	(1.438.305)
Despesas administrativas	(926.656)	(893.185)
Impostos e taxas	(98.311)	(602.186)
Total	(28.565.678)	(32.114.411)
Depreciação	(10.119.672)	(10.149.115)
Custo de uso do sistema e transmissão (CUST)	(9.285.414)	(9.054.090)
Custo de operação e manutenção	(5.853.819)	(6.829.454)
Despesas com pessoal	(926.549)	(905.605)
Serviços de terceiros	(727.488)	(919.264)
Arrendamento	(691.510)	(515.967)
Prêmio de seguros	(347.395)	(282.930)
Impostos e taxas	(98.311)	(602.186)
Outros	(515.520)	(2.855.800)
Total	(28.565.678)	(32.114.411)

17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	2018	2017
Receitas financeiras	1.001.764	2.835.848
Encargos sobre empréstimos	(8.780.224)	(9.888.068)
Outras despesas financeiras	(6.788)	(86.488)
Total	(7.785.248)	(7.138.708)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Apuração lucro presumido	31.12/2018	31/12/2017
Receita com geração de energia	38.333.208	58.767.997
Receita financeira	1.226.764	2.835.848
Outras receitas	-	3.075.000
Receita com geração de energia em processo judicial	10.579.331	-
Base de cálculo imposto de renda	4.293.421	10.612.287
Base de cálculo contribuição social	5.826.749	12.963.007
Imposto de renda (alíquota 15%)	737.414	1.591.843
Adicional IR (alíquota 10%)	467.609	1.037.082
Contribuição social (alíquota 9%)	618.593	1.166.671
IRPJ e CSLL reconhecida em anos anteriores	(274.220)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.549.396	3.795.596

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Instrumentos financeiros por categoria

	2018	2017	
	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros:			
Caixas e equivalentes de caixa	19.392.499	14.955.905	-
Contas a receber	3.611.709	3.413.462	-
Partes relacionadas (ativo)	223.738	174.960	-
Total	23.227.946	18.544.327	-
Passivos financeiros:			
Fornecedores	1.259.928	-	1.188.195
Empréstimos	94.043.103	102.064.237	-
Partes relacionadas (passivo)	565	-	6.450
Total	95.303.596	102.064.237	1.194.645

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	19.392.499	19.392.499	14.955.905	14.955.905
Contas a receber	3.611.709	3.611.709	3.413.462	3.413.462
Partes relacionadas (ativo)	223.738	223.738	174.960	174.960
Fornecedores	1.259.928	1.188.195	1.188.195	1.188.195
Empréstimos e financiamentos	94.043.103	94.043.103	102.064.237	102.064.237
Partes relacionadas (passivo)	565	565	6.450	6.450
Total	118.936.437	118.936.437	121.803.209	121.803.209

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos se aproxima dos valores contábeis registrados.

c. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2018					
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários garantidos	94.043.103	8.680.902	8.365.452	25.096.355	51.900.394
Fornecedores e outras contas a pagar	1.259.928	1.259.928	-	-	-
Total	95.303.031				

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2017					
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários garantidos	102.064.237	8.625.147	8.311.723	24.935.169	60.192.197
Fornecedores e outras contas a pagar	1.188.195	1.188.195	-	-	-
Total	103.252.432				

d. Posições de instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários: (i) Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial. (ii) Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros CDI e taxa de juros TJLP). (iii) Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros CDI e taxa de juros TJLP). O cenário abaixo demonstra a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgada pela CETIP e da taxa TJLP anual divulgada pelo BACEN para o mês de dezembro de 2018 e 2017, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses.

	Risco	31 de dezembro de 2018		
		Valor Exposto em 31/12/2018	Cenário I Alta nas taxas pós fixadas	Cenário II Cenário III
Operação	Risco			
CDBs	Taxa 100% CDI	17.985.361	11.412	285.581
Empréstimos bancários	Pré + TJLP	94.043.103	(65.642)	(1.641.052)
Efeito líquido			(54.230)	(1.355.471)
Operação	Risco			
CDBs	Taxa 100% CDI	17.985.361	11.412	285.581
Empréstimos bancários	Pré + TJLP	94.043.103	(65.642)	(1.641.052)
Efeito líquido			54.230	1.355.471

	Risco	31 de dezembro de 2017		
		Valor Exposto em 31/12/2017	Cenário I Alta nas taxas pós fixadas	Cenário II Cenário III
Operação	Risco			
CDBs e compromissadas	Taxa 100% CDI	14.927.626	14.823	370.578
Empréstimos bancários	Pré + TJLP	102.064.237	(68.893)	(1.722.334)
Efeito líquido			(54.070)	(1.351.756)
Operação	Risco			
CDBs e compromissadas	Taxa 100% CDI	14.927.626	(14.823)	(370.578)
Empréstimos bancários	Pré + TJLP	102.064.237	68.893	1.722.334
Efeito líquido			54.070	1.351.756

JAMES KELSO CLARK NUNES JÚNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

CARLOS ROMMEL BATISTA COSME
Contador - CRC/RN 009630/O
CCA Contadores Associados

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretores da **Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.** - Galinhos- RN **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuar operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 15 de maio de 2019.

KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panzeri - Contador CRC PR-048555/O-2

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

RELAÇÃO DA(S) CHAPA(S) QUE SOLICITOU(ARAM) REGISTRO PARA CONCORRER(EM) AO PLEITO DE RENOVAÇÃO DE 1/3 (UM) TERÇO DO PLENÁRIO

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte comunica que as chapas abaixo relacionadas solicitaram registro para concorrerem na eleição a se realizar nos dias 19 e 20 de novembro de 2019, abrindo-se o prazo de 3 (três) dias úteis, a partir desta publicação, para a impugnação de candidaturas, nos termos do Art. 18, da Resolução CFC n.º 1.570/2019.

CHAPA N.º 1

MANDATO DE 2020 a 2023					
CONSELHEIROS					
N.º	Categoria Profissional	Nome	Registro n.º	Categoria Profissional	Nome
1	Cont.	Luzenilson Moreira da Silva	RN 009624/O-2	Cont.	Kleydson Paulino da Silva
2	Cont.	João Antônio de Oliveira Matias	RN 006261/O-0	Cont.	Edilúcio Rodrigues Veras da Costa
3	Cont.	Ricardo André Sampaio Matos	CE 013560/T-8	Cont.	Ana Lúcia da Costa Moum
4	Téc. Contab.	Agecy Anaximandro da Cunha Pes soas	RN 006700/O-2	Cont.	Victor Branco de Holanda
5	Cont.	Cláudia Pedrosa Pinto Leite	RN 005458/O-1	Cont.	Maria das Vitórias Ana dos Santos

MANDATO COMPLEMENTAR DE 2020 a 2021

CONSELHEIROS					
N.º	Categoria Profissional	Nome	Registro n.º	Categoria Profissional	Nome
				Cont.	André Pereira de Azevedo
				Cont.	José Itamar Dimiz Andrade Júnior

CHAPA N.º 2

MANDATO DE 2020 a 2023					
CONSELHEIROS					
N.º	Categoria Profissional	Nome	Registro n.º	Categoria Profissional	Nome

N.º	CATEGORIA	Nome	Registro n.º	CATEGORIA	Nome	Registro n.º
1	Cont.	Eivian Ferreira Borges	RN 004722/O-0	Cont.	Josué Lins e Silva	RN 004824/O-0
2	Cont.	José Jová Soares	RN 001979/O-0	Cont.	Saulo Medeiros Diniz	RN 006790/O-0
3	Téc. Contab.	Adauto José de Carvalho Filho	RN 001437/O-3	Téc. Contab.	Renata Sales de França	RN 008842/O-7
4	Cont.	Radna Rayana Medeiros Rocha	RN 010489/O-9	Cont.	Josélia Maria Rodrigues de Andrade	RN 007824/O-4
5	Cont.	Sabrina Carla Paes Viana	RN 010750/O-0	Cont.	Joana D'Arc Medeiros Martins	RN 004231/O-2

MANDATO COMPLEMENTAR

CONSELHEIROS					
N.º	Categoria Profissional	Nome	Registro n.º	Categoria Profissional	Nome
				Cont.	Cecília Daniel Rodrigues Gonçalves Farias
				Téc. Contab.	Geisa Pereira de Araújo Dantas

Natal, 19 de agosto de 2019. Hudson Carlos de Carvalho Alves Coordenador da Comissão Eleitoral

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

ERINEIDE DE FIGUEIREDO SILVA, CPF: 626.899.674-72, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, a Renovação de Licença Simplificada, para a exploração de 9,99 ha de Camarão Marinho, localizada no Sítio São Felix II, município de Tibau do Sul - RN. ERINEIDE DE FIGUEIREDO SILVA Empreendedora

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

D P B AVICULTURA - COMERCIO VAREJISTA DE OVOS - EIRELI, CNPJ: 08.148.596/0003-45, estabelecida a Rua Rodovia RN 160, Lote Fazenda Santa Luzia, s/nº, Distrito de Cana Brava Macaíba/RN, torna público que está requerendo junto ao IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, a LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO da atividade de Avicultura de postura, com 200.000 (duzentas mil) aves em aviário tipo galpão, implantado na Fazenda Santa Luzia, localizada na zona rural do município de Macaíba/RN. SÍLVIA LTVIA BAR